

CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS



**PETRÓPOLIS, A CIDADE IMPERIAL:
ÁREA DE RISCO
X
ÁREA DE RICOS**

RIO DE JANEIRO

EXPEdIENTE:

Texto escrito por: Carla de Carvalho – Coordenação Executiva
Daniele Linden de Oliveira – Advogada
Flávia Valadares de Araújo – Advogada

Fotos de acervos: CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos

Projeto gráfico original: Periferia

Diagramação e revisão de textos: Coletivo Arte em Movimento

Contato da experiência:

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos:
Site: cddh.org.br

Contato da série:



Centro de Assessoria e Apoio a Iniciativas Sociais

Endereço: SC/Sul, Quadra 03, Bloco A, nº 79 – Edifício
João Paulo II, Brasília (DF), 70303-903
Telefone: (+55) 61 3322-0155
Site: caisassessoria.org.br

Apoio:



Parceria:



Disponível em:
www.cddh.org.br
www.altofalante.info
www.altoparlante.org
www.caisassessoria.org.br

A CIDADE QUE QUEREMOS

A extrema desigualdade econômica e social do Brasil no meio urbano está expressa na forma desigual da ocupação do solo urbano, no acesso aos benefícios produzidos na cidade, na segregação socioterritorial, no caos urbano a que está submetida grande parcela da população que sofre os efeitos diretos da degradação ambiental e em inúmeras situações da violação da dignidade humana.

Para enfrentar os graves problemas urbanos, nas últimas décadas as entidades que atuam no campo do direito à cidade no Brasil têm cumprido um papel importante de mobilização popular, participação social, proposições de legislações, enfrentamento jurídico para efetivação dos direitos e na democratização da cidade e das políticas urbanas, com experiências concretas para que as populações em situação de vulnerabilidade social tenham melhores condições de vida e as cidades sejam mais justas e sustentáveis.

No entanto, essas relevantes experiências nem sempre são registradas e disseminadas. Consequentemente, não são reconhecidas na sociedade em geral, nem mesmo entre os parceiros que atuam nas mesmas problemáticas.

Esta série de registros “Caminhando para a cidade que queremos” nasceu dos encontros sobre os desafios urbanos entre os parceiros da Misereor que atuam no campo do desenvolvimento urbano e direito à cidade. Seu objetivo é contribuir na comunicação de práticas urbanas, na troca de aprendizagens e na reflexão sobre ações futuras.

Cada publicação finaliza com alguns “passos sobre a cidade que queremos”, que são questões centrais extraídas da atuação em cada caso concreto traduzidas em resultados ou desafios.

PETRÓPOLIS, A CIDADE IMPERIAL:

ÁREA DE RISCO

X

ÁREA DE RICOS

RIO DE JANEIRO

PETRÓPOLIS, A CIDADE IMPERIAL: ÁREA DE RISCO X ÁREA DE RICOS

O CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Petrópolis surgiu, enquanto instituição da sociedade civil, na luta pela defesa dos territórios e pela garantia do direito fundamental à moradia. Foi fundado por um grupo de católicos leigos que apoiavam vítimas de enchentes e deslizamentos. Desde seu surgimento, o CDDH Petrópolis sempre discutiu as questões socioambientais atreladas ao direito à cidade.

Petrópolis carrega até hoje resquícios da época imperialista, desde o comportamento elitista e conservador de seus habitantes, ao pagamento de imposto imobiliário ao príncipe, e a desigualdade na questão habitacional.

Essa desigualdade tem origem na constituição da cidade, que foi moradia da aristocracia imperial do século 19. Com o desenvolvimento industrial, Petrópolis torna-se um polo têxtil. Esses dois momentos são caracterizados pela grande desigualdade econômica e, ainda hoje, sentimos a continuação desse projeto. Exploração da força de trabalho dos pobres, concentração das moradias de ricos pelo centro da cidade e ocupação dos espaços periféricos pelos pobres são algumas das consequências que vivemos até hoje.

Por se tratar de cidade serrana, Petrópolis sempre sofreu com desastres socioambientais. Desde o surgimento do CDDH, a luta por moradia já se fazia necessária. Quem perdia suas casas nesses desastres eram os pobres, obrigados a morar nas áreas de risco. Os desastres nunca puderam ser chamados apenas de ambientais, sempre foram desastres socioambientais, pois seguem as encostas sem infraestrutura e as zonas urbanas destinadas a público diferenciado daqueles que necessitam de moradia adequada.



FALTA DE ASSISTÊNCIA DO PODER PÚBLICO AOS ATINGIDOS PELAS CATÁSTROFES

Como tudo que atinge apenas os pobres, essas catástrofes nunca tiveram a devida atenção dos órgãos públicos, e o único programa habitacional criado foi o “aluguel social”. O valor pago através desse benefício, devido à especulação imobiliária, mal é suficiente para alugar outra casa em área de risco. Temos os “deslocados ambientais”. Essas famílias não têm garantido sequer o seu tecido social.

A cidade tem um déficit habitacional de mais de 15.000 moradias já apresentado no Plano Habitacional de 2012 e uma “política habitacional temporária” que é utilizada como definitiva.

Além disso, não há um controle efetivo nos cadastros de beneficiários. Muitos cadastros foram perdidos no pós-tragédia, muitos beneficiários não são elencados dentro dos “critérios do aluguel social”. Para esses, sequer essa ajuda de custo para a garantia da moradia é possível. Além disso, essa “alternativa” do aluguel social favorece a especulação fundiária e casas precárias, em área de risco, são oferecidas para locação em valores ainda acima do valor do benefício. As famílias abrem mão de suas necessidades para a complementação do valor.





ATUAÇÃO DO CDDH

A atuação do CDDH de Petrópolis se dá na assessoria dos deslocados ambientais, na busca por políticas habitacionais, na garantia do território daqueles que têm suas moradias ameaçadas pelas áreas de proteção ambiental e pelo chamado “desenvolvimento” e pelo direito à cidade.

Atuamos na defesa da moradia e demais direitos fundamentais de 21 comunidades na cidade: Vale do Cuiabá, Quilombo da Tapera, Bonfim, Alemão, Vila São José, Duarte da Silveira, Jacó, 1º de Maio, Independência, Vila São Francisco, Agnela e Duques, Vila Popular, Vila de 7 Casas, Bambuzal, Modesi, Arranha-Céu, Sumidouro, Teresópolis, Nova Friburgo, Quilombo de Boa Esperança (Areal), BR-040 (moradias ao longo da rodovia, destacadas das comunidades) e em situações de risco que ocorrem em outras comunidades de maneira emergencial (Alto da Serra, Lagoinha, Morro do Maurinho).



QUILÔMETROS DE DESIGUALDADE: INJUSTIÇAS E LUTAS DE RESISTÊNCIA

As famílias que moram no entorno da BR-040 vivem há quase 15 anos a incerteza de ter suas moradias no dia seguinte. Desde o ano de 2004, a Companhia de Concessão Rodoviária (CONCER) move ações demolitórias contra cada uma dessas famílias, pedindo unicamente a demolição de suas casas por estarem na incerta “faixa de domínio” – áreas laterais às pistas pertencentes ao patrimônio público. O CDDH vem assessorando os moradores há cerca de 25 anos e, mesmo com consideráveis avanços, a incerteza e o medo da destruição das suas moradias continuam, além da impossibilidade de melhorar suas condições de vida, a infraestrutura da casa com instalação de iluminação, água e esgoto e também no que diz respeito à segurança de suas moradias próximas à rodovia.

A partir da assessoria do CDDH aos moradores, em 2013 protocolamos uma denúncia no Ministério Público Federal (MPF), que se desdobrou num grupo de trabalho, cujo objetivo era a regularização fundiária de todas as comunidades do trecho da rodovia na cidade de Petrópolis, com a participação de todos os órgãos necessários para que se concretizasse a regularização.



Com esse estudo, seria possível determinar quais casas permaneceriam na faixa de domínio após regularizadas as áreas, evitando assim a perda de uma casa que, posteriormente, poderia ser regularizada. Mas infelizmente as ações judiciais caminhavam em passos independentes e mais avançados que os estudos do grupo de trabalho, cuja conclusão seria a única forma de paralisar os processos. Assim, dezenas de ordens de demolição começaram a ser expedidas sem que absolutamente nada fosse garantido a essas famílias, que agora eram chamadas “réus”.

Trabalhando o empoderamento das comunidades a partir de reuniões periódicas, buscamos inúmeras articulações jurídicas e políticas com novas formas de tensionar para que a concessionária da rodovia e sua reguladora, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), suspendessem os processos, evitando que demolições desnecessárias fossem feitas. Muitas famílias sequer tomaram conhecimento do processo em seu curso, sendo surpreendidas com decisões de desocupação e demolição.



Foram centenas de reuniões no âmbito municipal, estadual e até federal. Junto com os moradores, articulamos forças políticas, já que juridicamente tudo que era possível já havia sido feito e o cenário não se modificou. Os órgãos responsáveis se mantiveram irredutíveis quanto à permanência das famílias cujas casas estavam na faixa de domínio.

Foi a força do povo unido que, articulado e persistente, conseguiu através do intermédio do CDDH diversas reuniões com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), ANTT, CONCER e Ministério dos Transportes na tentativa de conseguir a suspensão desses processos e a possibilidade de redução da faixa de domínio. Além de toda essa articulação, houve também a mobilização da mídia local para cobertura integral de todas as ações e a sensibilização da população da cidade a partir dos relatos dos próprios moradores veiculados nesta mídia, tanto impressa quanto televisiva.

Em janeiro de 2016, o agendamento e a possibilidade de demolição da moradia da Sra. Amélia Rodrigues, na comunidade Bambuzal, resultaram em um enfrentamento da comunidade, forças políticas, MPF e um enorme aparato policial solicitado pelo judiciário. Esse enfrentamento chamou a atenção da mídia. E uma negociação entre o MPF, CDDH, a prefeitura e a CONCER permitiu a suspensão da demolição por seis meses.



SOCORRO
a CONCEP. está
DEMOLINDO nossas
CASAS!

A partir dessas articulações, a luta das comunidades ganhou força. O MPF, sempre atuante em favor da garantia do direito fundamental à moradia, foi conseguindo estratégias processuais para suspender alguns processos por um tempo, enquanto as negociações continuavam.

No segundo semestre de 2019, as articulações políticas geraram resultado positivo. A Prefeitura de Petrópolis conseguiu um parecer da área técnica da ANTT favorável à redução da faixa de domínio a partir de um estudo prévio e de uma contrapartida local para a realização de obras de infraestrutura e segurança dos moradores, o que possibilita que muitas famílias possam ter sua moradia regularizada. Entretanto, esse estudo é algo longo, trabalhoso e com custos elevados e, até sua finalização, as famílias continuam sofrendo com a ameaça de ver suas casas demolidas.

Entre o início de novembro e o Natal de 2019, foram expedidas 17 ordens de demolição para cumprimento com a expressa ordem judicial de serem cumpridas “antes do Natal”. No dia 5 de novembro de 2019, com a demolição agendada da moradia da Sra. Sueli Rosa Rodrigues, a mobilização dos moradores, da mídia e de militantes de direitos humanos conseguiu sensibilizar a própria concessionária, que não cumpriu a demolição com base em um pedido de suspensão feito pela prefeitura alegando a possibilidade do estudo. O oficial de Justiça e todo o aparato policial estavam prontos para a derrubada da moradia de uma mulher de 59 anos, com problemas de saúde, e de seu marido, idoso, com Alzheimer. O mandado voltou na época, mas a incerteza e o medo estão mantidos com a possibilidade de cumprimento da ordem a qualquer momento.

É a resistência das comunidades que está mantendo cada casa de pé. O futuro dessas famílias é incerto e o sonho da regularização fundiária ainda é distante, apesar de mais palpável, devido a cada conquista no avanço da luta. O CDDH de Petrópolis, apesar de acusado de “inimigo da justiça” pelo juiz da Vara Federal que atua nos processos expedindo as ordens de demolição e obrigando a concessionária ao seu cumprimento, continua na luta pela garantia de direito das pessoas que vivem às margens da BR-040 e de outras comunidades, entendendo que nenhuma família pode ficar sem moradia digna e que, em caso de risco, os moradores precisam receber aparato de políticas públicas para a garantia de seus direitos.

A luta e a articulação continuam! Juntos seremos sempre mais fortes, “**servindo à vida**”.



A RESERVA DO LIXÃO: A LUTA POPULAR CONTRA O RACISMO AMBIENTAL E DIREITO À CIDADE

Duarte da Silveira é um bairro que existe há mais de 100 anos no município de Petrópolis. Em toda a sua existência, sempre se relacionou com as matas tropicais da região serrana e as políticas desenvolvimentistas que nunca consideraram o meio ambiente brasileiro. Num dado momento, o bairro foi cortado pela BR-040, em outro momento teve que conviver com o lixão municipal.

A luta pelo direito à cidade e à dignidade humana fazem parte do histórico do bairro. Mesmo com a criação da Reserva Biológica do Tinguá, em 1989, foram os moradores, com a assessoria e trabalho de educação popular do CDDH, através de trancamentos de rodovia, piquetes, manifestações, que conseguiram retirar o lixão de seu território. Todas as políticas sociais às quais tiveram acesso fazem parte de um processo de luta para obtenção de conquistas. Assim nasceu a Comunidade São João Batista.

Desde 2005, a Reserva Biológica do Tinguá e a Prefeitura de Petrópolis, em razão do inquérito administrativo promovido pelo Ministério Público Federal, vêm intervindo no território da Comunidade São João Batista com o propósito de reduzir a ocupação e limitar atividades típicas para assegurar o direito à cidade: não se pode fazer obras nas casas, não se pode

reconstruir, mesmo por necessidade urgente, a prefeitura está proibida de promover melhorias. Tudo que é feito depende de autorização do ICMBio.

Com isso, hoje as autoridades usam de violência simbólica, com autos de infração, intimações para entrega de documentos, vistorias, etc. É uma ocupação violenta por parte das autoridades do ICMBio, em nome da natureza, violando todos os direitos dos moradores que lá residem muito antes da constituição da Reserva.

Em 2013, o MPF propôs a Ação Civil Pública 00000049620134025106, em tramitação da 2ª Vara Federal de Petrópolis, determinando que o ICMBio promova a desapropriação do território, demarcando a Reserva e retirando todo o bairro de Duarte da Silveira, e que o município se abstenha de realizar quaisquer políticas no bairro.

Em uma audiência que ocorreu dentro desse processo, um enorme trabalho de sensibilização foi feito pela comunidade e pela instituição. Dezenas de pessoas compareceram à Vara onde ocorria a audiência para mostrar a injustiça e a violência que aquelas autoridades cometiam. Após as falas de moradores, do presidente do CDDH, Leonardo Boff, e de muito apelo do povo, foi possível o início de uma negociação entre a comunidade e os órgãos competentes.

A partir desse dia, foi feito um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que hoje é um acordo judicial para a desafetação da comunidade, que retirará definitivamente a demarcação da reserva dos limites da comunidade, com a sua consequente Regularização Fundiária.

São João Batista é uma comunidade que vem conquistando seus direitos através de organização popular, mas a luta ainda é grande. A desafetação da área ainda não foi finalizada, os moradores ainda sofrem com a limitação que lhes é imposta pelos que se dizem donos do lugar, a presença conquistada por eles nas reuniões do Ministério Público Federal para as tratativas desse acordo ainda se faz necessária. Mas o povo da Comunidade São João Batista não vai sair, **basta de racismo ambiental!**





A CIDADE QUE QUEREMOS

Na “Imperial Cidade de Pedro”, historicamente, pobre ocupa área de risco e o restante é área de ricos. As vítimas dos desastres socioambientais, como o próprio nome já explica, são sempre as mesmas pessoas: os pobres que sempre moraram em área de risco na cidade. Famílias que perdem suas casas em uma tragédia ambiental só têm acesso para morar em outra área suscetível a desastres.

A cidade que queremos é a que não seja apenas “de Pedro”. Petrópolis é a cidade da Maria, do João, da dona Elisa, do Sr. Durval. E na cidade deles a regularização fundiária tem que ser para todos! Na cidade que cada Maria e cada João ajudaram a construir tem que ter espaço digno para os seus netos. Numa cidade de montanhas, que naturalmente é propícia a deslizamentos e enchentes, o poder público tem o dever de garantir a infraestrutura necessária para que o risco seja mitigado nas áreas que sobram para os menos favorecidos.

Não queremos que os pobres sejam cada vez mais marginalizados. Queremos que os desastres ambientais não escolham mais suas vítimas.

APRENDIZADOS E METODOLOGIAS – O ENFRENTAMENTO DO “IMPERIALISMO” DE PETRÓPOLIS

O CDDH, em seus 40 anos de existência, vem lutando por uma cidade mais justa e igualitária. Entendemos que através do tensionamento para implementação de políticas públicas de habitação, do incentivo a movimentos populares como o “Movimento de Luta por Moradia”, da articulação com parceiros em nível estadual e federal, como Ministério Público Federal, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), entre outras estratégias, conseguiremos avançar muito para a garantia de direitos.

Todo o avanço conquistado foi a partir da mobilização do povo, através do trabalho incansável de educação popular dentro das comunidades. Toda a atuação do CDDH parte das demandas das comunidades, que são efetivadas através da constituição de novas associações de moradores, da participação dos movimentos populares em nível estadual, da resistência das comunidades para impedir a execução de ordens de demolição.

Partimos do povo para garantir o que é do povo. Dialogamos com todas as instâncias de poder, buscamos alternativas jurídicas e políticas. Junto com o povo, garantimos moradias que pareciam perdidas, modificamos a demarcação de uma reserva ambiental, garantimos o empoderamento de uma comunidade sobre as ações do Exército. Tudo se tornou possível porque acreditamos nas pessoas, na organização popular e no diálogo com todas as instâncias de poder.

AINDA NÃO CONQUISTAMOS TODOS OS
DIREITOS QUE SÃO GARANTIDOS ÀS
NOSSAS COMUNIDADES. TEMOS MUITO
O QUE AVANÇAR. MAS, EM TODOS
ESSES ANOS DE ATUAÇÃO,
APRENDEMOS COM AS MARIAS E COM
O SR. JOÃO, QUE NÃO DEIXAM SUAS
CASAS CAÍREM, QUE A LUTA
INCANSÁVEL VALE A PENA.

CAMINHANDO PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

Petrópolis, cidade turística, atrai centenas de visitantes todos os anos por sua história e beleza. O Centro Histórico, que já foi cenário de novelas, é o destino de férias de muitas famílias de classes privilegiadas das cidades grandes. Muitas delas possuem, inclusive, residências na cidade.

Porém, não muito distante do Centro Histórico, existe a camada da cidade que não está nos cartões-postais. Famílias perdendo suas casas nas enchentes, outras resistindo para que suas moradias não sejam demolidas por processos judiciais, comunidades inteiras lutando pela permanência em seu território.

